Revista CSP
Ciências Sociais em Perspectiva
e-ISSN: 1981-4747
UNIOESTE - Cascavel - PR

A INSERÇÃO DOS JOVENS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO RIO GRANDE DO NORTE/RN: Apontamentos e debates

Milena Gomes de Medeiros
Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social.
E-mail: milenagmedeiros@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de discutir o processo de expansão e interiorização da educação superior no Estado do Rio Grande do Norte, apreendendo a inserção dos jovens potiguares no âmbito da educação privada. O estudo se realizou a partir de uma revisão bibliográfica e documental. Concluiu-se que a expansão da educação superior no Estado do Rio Grande do Norte acompanhou a dinâmica do desenvolvimento e interiorização dos processos de acumulação do capital no Brasil e das recomendações internacionais, assinalando uma nova posição para a juventude nesta dinâmica de desenvolvimento do país e, especialmente, do Estado do Rio Grande do Norte, instrumentalizando os seus conhecimentos no âmbito da superação da pobreza e da redução das desigualdades.

Palavras-chave: Expansão. Educação Superior Privada. Jovens. Rio Grande do Norte.

DOI nº 10.5935/1981-4747.20180009

Recebimento: 14/12/2017

Aprovação: 11/06/2018

AN INSERTION OF YOUNG PEOPLE IN PRIVATE HIGHER EDUCATION IN RIO GRANDE DO NORTE/RN: Notes and debates

ABSTRACT: This article aims to discuss the process of expansion and internalization of higher education in the state of Rio Grande do Norte, learning, integration of potiguares young people under the private education. The study was conducted by a bibliographical and documentary review. It follows that the expansion of higher education in the state of Rio Grande do Norte, followed the dynamics of development and internalization of capital accumulation processes in Brazil and international recommendations, noting a new position for the youth in this development dynamics country, and especially the state of Rio Grande do Norte, instrumentalizing their knowledge in the context of overcoming poverty and reducing inequalities.

Keywords: Expansion. Private Higher Education. Young. Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma discussão sobre o processo de expansão e interiorização da educação superior no Estado do Rio Grande do Norte, apreendendo a inserção dos jovens potiguares no âmbito da educação privada. Vale salientar que desde a década de noventa do século XX, e especialmente nos anos 2000, o processo de expansão/interiorização da educação superior privada vem se ampliando no Brasil, como também no Estado do Rio Grande do Norte, permitindo a inserção de jovens nos mais variados cursos de nível superior.

Desse modo, entende-se que esta temática congrega um feixe de determinações que se expressam pelo processo expansionista das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas em várias regiões do país, especificamente no Estado do Rio Grande do Norte, cujo aporte legal/jurídico tem favorecido a estrutura e a implementação de programas de financiamento e assistência estudantil. Tal fato tem permitindo a abertura de novos cursos, o aumento numérico de cursos já existentes e de suas matrículas, alterando a forma como estas IES se relacionam com a sociedade.

A partir dessas questões postas pela realidade, considera-se que este processo deve ser pensado no âmbito dos acontecimentos mais gerais de busca pelo desenvolvimento econômico e social que vêm se espraiando no Brasil, em especial, desde o final do século XX. Trata-se de uma necessidade interna, induzida pelas demandas dos organismos internacionais, que passa a identificar o potencial ofensivo do aumento da pobreza e as consequências negativas das políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal.

Dentre algumas ações dos organismos internacionais, destaca-se o Acordo Geral de Comércios de Serviços, criado no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) nos

anos 1990, que assume importante papel na criação de diretrizes referentes à produção do conhecimento e das relações de comercialização dos serviços educacionais, removendo as barreiras na exportação de programas de ensino superior dos países centrais. Além deste, não se pode esquecer do Banco Mundial, principal agente do desenvolvimento do capitalismo no estágio atual, que considera a produção e a gestão do conhecimento fundamentais ao desenvolvimento dos países periféricos para a superação das desigualdades e dos limites do conhecimento individual. Ressalta o papel do Estado como crucial no processo de desenvolvimento econômico e social. Por último, cita-se a Unesco, agência de redefinição das políticas de ensino superior.

Desse modo, a educação superior passa a ser considerada um campo de serviços em que o Estado expande sua parceria com o setor privado. Desta maneira, o Estado capitalista, sob os influxos da classe dominante, vem conduzindo a formulação de estratégias e ações de continuidade do projeto de acumulação capitalista no que se refere à inserção dos países periféricos no mundo globalizado e à incorporação no arsenal das políticas econômicas e sociais da ideia do crescimento econômico sustentado, do desenvolvimento social e do bem-estar da população.

Este contexto se expressa, de um lado, pela existência de propostas inovadoras no campo da gestão e das metas educacionais a serem alcançadas e, de outro, pela convivência com processos precários no âmbito da formação e no exercício profissional dado pelo ensino a distância, com o aumento das IES privadas. Expressões e tendências que vêm sendo confirmadas por várias pesquisas no campo da educação e do Serviço Social (VALE, 2012; SAMPAIO, 1998; SANTOS, 2010; PAMEZANI, 2013; LEHER, 2013).

Neste ínterim, o Estado passa a se preocupar com dois eixos estratégicos: de um lado, mediante as definições dos marcos regulatórios para a expansão dos mercados privados, busca a positividade do PIB, o superávit primário e o controle da inflação; de outro, com a geração de "emprego/renda decente", persegue a redução dos indicadores da pobreza extrema e a expansão interiorizada da educação superior. Tem como foco o desenvolvimento econômico das regiões do país e a manutenção dos recursos humanos nestas localidades, seguindo assim a mesma lógica da focalização das políticas sociais implementadas no Brasil.

O segundo eixo pode ser pensado a partir das decisões de investimentos públicos e privados que têm buscado fomentar o crescimento econômico e combater a pobreza nas diversas regiões do país. Tais decisões de investimentos só foram possíveis a partir do processo de democratização e da descentralização político-administrativa, após a

desconcentração econômica regional do Estado brasileiro e de suas políticas. Diretrizes estas que foram instituídas pela Constituição de 1988, que passou a estabelecer o pacto federativo de cooperação entre estados, municípios e Distrito Federal, com o objetivo de distribuir territorialmente as decisões políticas e os recursos, sem prejudicar a autonomia dos entes. Assim, regulamentaram-se várias políticas, dentre elas a política de saúde e assistência social, o que permitiu o gerenciamento pelos municípios a partir de suas realidades locais, com a definição quanto ao seu desenvolvimento social e econômico.

2 A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO RIO GRANDE DO NORTE E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA

Parte-se do entendimento de que compreender as particularidades do surgimento e expansão das IES no Estado do Rio Grande do Norte requer conhecer os elementos que perfazem o desenvolvimento sócio-histórico e econômico do estado. É que a abertura de algumas IES e de seus cursos vinculou-se às necessidades postas pela descentralização político-administrativa, desconcentração econômica e regional, bem como pelo desenvolvimento local.

Desse modo, falar do desenvolvimento local requer pensar na combinação entre a capacidade de ampliação da força de trabalho e do domínio do conhecimento (BUARQUE, 1998). Outra questão extremante importante é a presença atuante do Estado, que, apesar de reiterar traços de uma cultura patrimonialista, agregou, desde a Constituição de 1998, o princípio da descentralização político-institucional no que concerne à forma de organização da sociedade, da administração pública, das políticas e de seus programas.

Associado ao processo de *desenvolvimento local* e à *descentralização político-institucional*, outro aspecto relevante para o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Norte diz respeito à questão da *desconcentração econômica e educacional,* que vem ocorrendo desde os anos 1990, mas que ganha fôlego nos anos 2000 no Brasil e neste estado.

Deste modo, o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte passou a incorporar as mesmas características[1] do modelo de crescimento adotado pelo país nas suas diferentes fases. Entretanto, não se podem desconsiderar as particularidades deste estado, diante de sua inserção em uma das regiões mais pobres do país, que é a região Nordeste.

[1] Reporta-se, aqui, às fases de desenvolvimento econômico por que passou o Brasil, desde o modelo agroexportador, o nacional desenvolvimentismo, o neoliberalismo (liberalização dos mercados e seus modelos macroeconômicos), até hoje, com as proposições de um novo desenvolvimentismo, ou social-liberalismo.

Apesar dos índices de crescimento verificados atualmente, identificam-se regiões com desigualdades sociais e econômicas entre seus municípios e entre as pessoas, apresentando indicadores bastante frágeis, o que impõe limites quanto a seu crescimento e desenvolvimento.

O estado do Rio Grande do Norte comporta uma população estimada de 3.373.959 habitantes, a maior parte concentrada em três municípios: Mossoró, Natal e Parnamirim; 78% da população reside na zona urbana e apenas 22% na zona rural. Do total de habitantes, 1.548.887 são do sexo masculino e 1.619.140 do sexo feminino. Do ponto de vista da renda, 29% da população ganha entre metade e um salário mínimo, 25% recebem ¼ a ½ do salário mínimo, 18% até ¼ do salário mínimo, 14% mais de 1 a 2 salários mínimos, e aproximadamente 35% recebe mais de 5 salários mínimos (IBGE, 2013).

Este estado é composto por 167 municípios, com área de 52.811,047 km² e com densidade demográfica de 59,99 hab/km². Possui, de acordo com o IBGE (2010), 112.721 jovens de 18-24 anos com idade de inserção no ensino superior, que têm apresentado, nesta faixa etária, um baixo acesso ao ensino superior. Conta ainda com 309.465 jovens de 20-24 anos de idade. Da população total residente, 98.547 frequentam o ensino superior, 55.298 frequentam o ensino superior privado e 43.248 o ensino público.

As desigualdades e os vários problemas sociais são marcantes neste estado, como mostra o índice de desenvolvimento humano (IDH); ao longo dos anos, as desigualdades e as péssimas condições de vida só têm crescido. Os números mostram que a partir de 1991 o índice estava em torno de 0,428; em 2000, em 0,552; em 2010 estava em 0,684 e em 2011 chegou a 0,508. Ainda que considerado médio o IDH, esses dados demonstram os níveis de concentração de renda e riqueza neste estado, expressando-se em desafios a serem enfrentados pelas políticas sociais e econômicas do estado potiguar, que tem a educação como um dos eixos estratégicos de sua atuação.

No Rio Grande do Norte, os dados sobre a educação revelam que 26.639 pessoas de 10 a 17 anos ainda são analfabetas; a taxa de analfabetismo gira em torno de 5,6%. Outro dado diz respeito ao percentual de 8,7% da população entre 10-17 anos que não frequenta a escola, além de um total de 1.504.033 pessoas (com dez anos ou mais) sem instrução; apenas 158.057 pessoas possuem o superior completo (com dez anos ou mais) (IBGE, 2010[2]). Esses dados demonstram como é baixo o nível do ensino educacional no Estado, que convive com a

[2] Estes dados são os únicos disponíveis no INEP/MEC com relação ao estado do Rio Grande do Norte.

dialética e contraditória busca pelo avanço econômico e as persistentes assimetrias socioeducacionais.

Quando se comparam com os dados relativos ao Brasil, estes indicam uma queda do analfabetismo entre os jovens de 15-24 anos de idade, passando de 4,2% para 1,5%. No entanto, de acordo com o relatório da UNESCO, 38% dos analfabetos adultos latino-americanos são brasileiros, ou melhor, dos 36 milhões de adultos analfabetos, 38,5% são brasileiros: cerca de 14 milhões de pessoas (dados levantados entre 2005-2011 no relatório Educação para Todos, da Unesco) (IBGE, 2012, p. 120).

Apesar dos limites observados nos indicadores sociais e educacionais, é notório que tanto no Brasil como no Rio Grande do Norte houve melhoras no que diz respeito à inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, ainda que inseridos muitas vezes em trabalhos informais, terceirizados e ou precarizados. De acordo com a PNAD (2009), a ocupação no Brasil ficou em torno de 57%, tendo a região Nordeste como a que mais formalizou (IPEA, 2012); entretanto, comparada com o resto do país, ocupa a menor formalização, ficando em torno de 30%. Já os dados de 2013 referenciados pelo IPEA (2013) demonstram que a taxa de desemprego ficou em torno de 5,7%, sendo, portanto, considerada baixa.

Quanto aos indicadores sociais, verifica-se de imediato que há melhorias significativas no que diz respeito à saída de brasileiros e potiguares da linha de pobreza em decorrência da política de valorização do salário mínimo e do acesso às políticas de transferências de renda. No entanto, estas medidas ainda se fazem insuficientes na eliminação das desigualdades; apesar da propalada redução, o índice de Gini continua alto (SILVA; DANTAS, 2011, p. 43).

Assim, a relativa melhora na diminuição da miséria não significa eliminação das desigualdades. Na região Nordeste, 44,5% das famílias vivem com rendimentos médios abaixo de 348 reais (IBGE, 2012, p. 168).

Concorda-se com Clementino (1997, p. 17) quando afirma que no "Rio Grande do Norte, a dinâmica econômica recente não contribuiu para uma desconcentração da riqueza; ao contrário, reforçou-a". Isso explicita a necessidade de se expandir e interiorizar a educação superior para fomentar a qualificação da força de trabalho e o desenvolvimento das regiões interioranas, que convivem com a dialética entre acumulação/desenvolvimento econômico e desigualdades sociais.

Entender esta relação implica retomar alguns acontecimentos mais gerais do processo de desenvolvimento educacional no Rio Grande do Norte, tendo, como marco histórico, o movimento e a processualidade deste nível educacional no Brasil, já que a ampliação das IES

neste Estado acompanhou os direcionamentos postos pela configuração assumida ao longo dos anos no Brasil.

Partindo da literatura disponível, identifica-se que, no Rio Grande do Norte, as primeiras instituições de ensino superior foram implementadas de forma tardia, precisamente em 1943. Essas IES foram criadas para formar as elites intelectuais do estado a partir de um modelo de escolas profissionalizantes isoladas. Desse modo, enquanto o Estado do Rio Grande do Norte iniciava a criação das suas primeiras escolas, o Estado brasileiro, mediado pela política populista, já começava, na década de 1940, a ampliar as oportunidades de escolarização para as camadas médias e do proletariado. Apenas com a expansão de escolas superiores e universidades no Brasil é que, em Natal, foram criados os cursos vocacionados isolados; dentre estes estão: a escola de Serviço Social em 1945, as faculdades de farmácia e odontologia (1947), de direito (1949), de Medicina (1955), de filosofia (1955) e a escola de enfermagem (1957).

Nos anos subsequentes, a iniciativa do Poder Público em relação ao ensino superior vai se constituindo de forma muito tímida, dadas as características de uma região voltada para a economia agrária, não vislumbrando a possibilidade de uma demanda crescente para esta modalidade de ensino. É que "a elite dominante enviava seus filhos para completarem estudos em instituições de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, ou mesmo, da Europa" (MEGHEL; ROBI; CASTRO, 2004, p. 26), não tendo como foco o desenvolvimento de habilidades para o desenvolvimento produtivo.

Apenas com a transição do modelo agroexportador para o nacional-desenvolvimentismo, com as novas demandas da produção e a pressão da elite local, é que o poder público começa a criar novas escolas. Neste momento, "o governo federal adotava uma política de reunião de algumas pequenas escolas e/ou faculdades privadas em universidades, em um processo que resultou na criação da maior parte das universidades federais do país" (CUNHA, 1980).

Nesta direção, o governo estadual também empreendeu o processo de reunião de diversas escolas privadas, em 1958, com a criação da Universidade do Rio Grande do Norte, que posteriormente passa a ser incorporada pela federação sob a denominação Universidade Federal do Rio Grande do Norte, já nos anos de 1960.

Assim, o processo de expansão das escolas no Rio Grande do Norte recebeu grande influência dos acontecimentos do país, em especial na época da ditadura militar. Esta, pela mediação da reforma universitária em 1968, acabou definindo a universidade "como a forma

de organização acadêmica por excelência, fazendo com que as forças políticas e intelectuais do interior do estado se movimentassem no sentido de transformar as faculdades isoladas em universidades" (MEGHEL; ROBI; CASTRO, 2004, p. 27).

Assim, a transformação das faculdades em universidades e a expansão do ensino superior no período da ditadura militar possibilitaram, neste estado, a construção dos *campi*, das pós-graduações, da instituição do tempo integral para o trabalho docente e a promoção das linhas de financiamento às pesquisas científicas e tecnológicas (CUNHA, 1980). Questões estas provenientes dos acordos selados entre o MEC/USAID, que elaboraram diretrizes para uma formação de técnicos e especialistas no atendimento às demandas do mercado, transformando-as em universidades operacionais.

No período ditatorial, as iniciativas do setor privado se davam de forma intensa neste estado, a partir da criação do centro integrado para formação de executivos, que tinha como objetivo atender às demandas do mercado. Somente em 1981 houve a criação de outra instituição privada, a faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Unipec) em Natal.

Nos anos subsequentes a 1980, verificou-se a transformação das escolas isoladas e ou de federação de escolas em universidades particulares. Tratava-se de uma forma de atendimento à expansão do capital internacional, que contava com a percepção dos empresários de que os estabelecimentos maiores, com maior oferta de cursos, têm mais vantagens na disputa dos/as alunos/as (SAMPAIO, 1998). Assim, tanto o Brasil como o Rio Grande do Norte buscam promover mudanças em suas legislações, sobretudo a partir de 1988, com a Constituição Federal.

Assim, o movimento de mudanças na legislação e na forma organizativa das instituições e do ensino teve prosseguimento no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), especialmente a partir de 1997; é, então, que se estende a vocação empresarial para o contexto da educação, transformando o/a aluno/a em cliente, a educação em serviço prestado, a capacidade profissional do/a aluno/a formado em produto e o conhecimento em mercadoria. Delineava-se assim a cultura empresarial posta às universidades e faculdades privadas (SGUISSARDI, 2005). Essas modificações atingiram não só as IES privadas, mas principalmente as públicas, trazendo para o seu bojo o contexto de uma gestão empresarial, de modo a incluir a educação superior entre as atividades não exclusivas ao Estado, adotando duas estratégias concomitantes de privatização desse nível de ensino: a) a transformação da

educação pública em educação pública não estatal e b) o estímulo ao empresariamento da educação (NEVES, 2002, p. 29).

Esta tendência empresarial já vinha sendo reforçada com a implementação da LDB (1996),

> [...] ao promover uma grande diversidade de cursos que atendem às diretrizes dos organismos internacionais de formação rápida e direcionada ao mercado de trabalho, questionando o modelo de universidade adotado nos países ocidentais até recentemente, com cursos de longa duração, com estímulo à pesquisa e, portanto, bastante dispendioso. (MEGHEL; ROBI; CASTRO, 2004, p. 27)

É nesse contexto que crescem, de forma exponencial, as IES privadas no Rio Grande do Norte, em sua maioria voltadas exclusivamente para o ensino, passando a ganhar fôlego, a partir de 2004, como fruto das políticas do governo de Lula da Silva (MEGHEL; ROBI; CASTRO, 2004).

De acordo com as análises do INEP (2004), o período compreendido entre 1991- 2004 comporta dois momentos (1991-1996/1996-2004) bastante específicos da expansão do ensino privado no estado do Rio Grande do Norte.

Entre 1991 e 1996, as IES menores estavam sendo incorporadas por outras maiores, ou buscando reunir-se em torno de uma única instituição, a universidade ou as faculdades[3] integradas. Neste momento, a referência de organização acadêmica eram as universidades, ainda que permanecessem instituições isoladas que se dedicavam exclusivamente ao ensino.

Já no período de 1996-2004, após a aprovação da LDB (1996), e especificamente do decreto de nº 2.306/1997, estabeleceu-se que as IES poderiam ser ofertadas tanto em universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades, quanto em institutos superiores e escolas superiores. Foi nesse período que se ampliaram os segmentos privados no Rio Grande do Norte.

Portanto, é no período entre 1990 e 2000 que os empresários das IES privadas, no Estado do Rio Grande do Norte, passam a considerar os municípios do interior como possibilidades de expandir seus negócios. Buscam, dessa forma, ampliar sua demanda por alunos/as ao criar novos estabelecimentos, dada a crise por que o sistema empresarial educacional vinha passando nas regiões Sul e Sudeste do país, acelerando a desconcentração regional da educação superior privada em outras localidades. Passaram, então, a vislumbrar outros nichos de mercados em outras regiões, consideradas atrativas, pouco exploradas e com

[3] Desde 2004 o estado do Rio Grande do Norte começou a centralizar suas matrículas em faculdades, escolas e institutos; 95,7% das matriculas estavam nas IES privadas (INEP, 2004).

perspectivas promissoras de crescimento, já que onde há renda e desenvolvimento econômico, sempre existe a possibilidade de grandes negócios.

As empresas localizadas em cidades interioranas vêm demandando uma crescente força de trabalho, que, quando não atendida pela educação superior pública, passa a ser respondida com a oferta de cursos privados e profissionais habilitados mediante essa lógica.

Nesta direção, "a demanda por formação tem despertado o interesse de grupos que veem na educação as características de um grande mercado potencial, em que identificam as demandas dos jovens enquanto um fator pujante para abertura de novos cursos" (FRANCO, 2008, p. 3).

Diante dessas questões, salientam-se os processos de expansão privada e desconcentração regional/educacional que vão se materializando no Rio Grande do Norte, que podem ser observados na particularidade dos municípios potiguares que têm, na expansão privada, seu novo nicho de mercado.

Na seção seguinte, discutiremos a inserção e os projetos da juventude diante de sua demanda de formação respondida pela Educação Superior Privada.

3 A INSERÇÃO DOS JOVENS NOS CUSRSOS PRIVADOS NO RIO GRANDE DO NORTE/RN: Apontamentos e debates

Ao se analisar a questão da inserção dos jovens potiguares nos cursos privados, há de se considerar algumas questões. A primeira concerne à heterogeneidade[4] desta juventude[5] no tocante às vivências, perspectivas e experiências diversas ao longo da vida. Em segundo lugar, intenta-se compreender a relação que se estabelece entre juventude, educação e trabalho, que, a depender do tempo, do espaço e da forma de inserção, tem variados objetivos e enfoques.

A relação que vem se instituindo entre juventude e educação deve ser pensada a partir das políticas de acesso, inserção e financiamento, como demonstram, por exemplo, os dados do IPEA (2010), segundo os quais 14,4% dos jovens brasileiros entre 18-24 anos foram inseridos na educação superior. Isso significa que houve, ao longo dos anos, um aumento da inserção dos jovens, se comparado com o nível de acesso em 2006, que foi de apenas 9%; tal

[4] Na questão da heterogeneidade da juventude, deve-se levar em consideração as relações de gênero, classe, região geográfica, acesso às políticas de educação, a forma de inserção no mercado de trabalho, dentre outras.

[5] Segundo Costa (2012, p. 65), "a juventude é definida como uma transição entre a adolescência e a fase adulta. No Brasil, foi aprovada em 2010 a emenda à Constituição nº 65, e o termo jovem passou a figurar no capítulo VII do título VIII da CF, assegurando um direito já garantido a crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. A emenda compõe o tripé legal da juventude, que inclui o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional da Juventude".

fato constitui um avanço no âmbito da escolarização de toda uma geração de jovens (IPEA, 2006). Entretanto, este percentual ainda é bastante pequeno, tendo em vista que a meta instituída pelo plano nacional de educação (2014-2024) visa atingir 30% das matrículas líquidas do ensino superior, algo que não vem acontecendo.

Alguns analistas (ALVES, 2008; CORROCHANO, 2012; COSTA, 2012) argumentam que está ocorrendo, no Brasil, um fenômeno denominado "bônus demográfico, que se verifica com o aumento do contingente de pessoas em idade produtiva. Há uma redução do peso das crianças e dos idosos na economia, e consequentemente na ampliação dos adultos no setor produtivo" (COSTA, 2012 p. 65). Com este fenômeno, ampliam-se as demandas por educação, constituindo novos perfis e direitos para uma parcela da juventude que pouco foi considerada em momentos anteriores da história brasileira.

No tocante às políticas educacionais, "o processo denominado de bônus demográfico [vem] colocando a juventude com imenso potencial e como alvo de investimentos destinados à formação de novos cientistas e futuros profissionais ligados a setores estratégicos" (COSTA, 2012, p. 28). Apesar disso, não tem possibilitado superar as desigualdades sociais entre as regiões e entre os indivíduos.

Costa (2012) confirma esta realidade ao ressaltar a existência de um sistema de educação dual: de um lado, algumas universidades consideradas de "excelência" no que diz respeito à produção da pesquisa, dirigidas às necessidades do mercado nacional, regional e da inovação tecnológica; de outro lado, faculdades que passaram a atuar como instituições de formação profissional, circunscritas às necessidades do mercado. É nestas que muitos jovens se inserem. Assim,

> É mister considerar que o sistema se subdivide, criando, de um lado, nichos de excelência e, de outro, grandes conglomerados de treinamento de pessoal para o mercado de trabalho e para a adaptação a determinado tipo de sociedade. (BRITTO et al, 2008, p. 779)

Nesta direção, muitas faculdades buscam atender "*um alunado*" oriundo de segmentos sociais que até recentemente não eram alvo de políticas de subsídios e bolsas de financiamento; estes dispõem de condições desfavoráveis de estudo. O ingresso e a continuidade dos/as alunos/as na educação superior dependem, antes de tudo, de determinações econômicas, sendo a renda um limitador para tanto. Por outro lado, "o crédito educativo constitui hoje num mecanismo potencialmente fundamental para a sobrevivência de parte significativa do setor privado" (SCHWARTZMAN et al, 2002, p. 24):

> Para os jovens, cada ano de escolaridade pode significar ganhos salariais, aumento no padrão de consumo, elevação da autoestima e das possibilidades de alcançarem melhores posições sociais. Porém, as políticas públicas focadas na expansão das matrículas e na inclusão não rompem a estrutura desigual da sociedade. (SOBRINHO, 2010, p. 1.238).

Outra relação a se ressaltar diz respeito ao debate que vem se estabelecendo entre juventude e mercado de trabalho. Deve-se observar o elenco de políticas de geração de emprego e renda que vem centralizando as discussões sobre o trabalho decente, a qualificação e a empregabilidade dos jovens.

Há de se considerar que a abertura de postos de trabalho para os jovens resulta em serviços, geralmente de baixa remuneração e vínculos precarizados. Ainda que as políticas educacionais advoguem a ideia da potencialização do acesso ao conhecimento e de suas oportunidades empregatícias para os jovens, não se constata veracidade nessas formulações, já que os dados obtidos evidenciam uma realidade bem diversa. Ainda assim, muitos jovens tentam conciliar trabalho e estudo, num país em que proliferam o desemprego e as inserções precárias e informais, na tentativa de, ao final de seus estudos, usufruírem de retorno socioeconômico. Desse modo,

> [...] os fatores de ordem econômica, social e cultural, que atuam sobre o aluno, [...] fazê-lo enfrentar, uma luta desigual para assegurar sua permanência [...] transformam todos os seus membros ativos, inclusive os mais jovens, em trabalhadores para garantir, através da maior quantidade de trabalho à venda, sua sobrevivência. (ROMANELLI, 2012, p. 96)

A educação e o próprio trabalho são referências obrigatórias para se pensar as implicações da educação para a juventude, e suas variações devem ser consideradas, a depender das mudanças no padrão educacional e das necessidades do mercado de trabalho.

Ao se associar juventude, educação e trabalho, tem-se uma ideia de um dos objetivos precípuos da expansão/interiorização da educação superior: a mudança de posição social, ou seja, uma busca pela mobilidade socioeconômica dos jovens, a partir da articulação entre educação e trabalho, tornando-se num indicador de desenvolvimento social para o país.

Enfatizam-se duas questões que vêm norteando a relação entre educação, juventude e trabalho: a) a massificação do acesso posto pelo processo de expansão interiorizada das IES; b) a mercantilização crescente deste ensino.

No tocante à primeira questão, entende-se que este processo de massificação produz uma demanda nova de alunos, que antes não era considerada para este nível de ensino. Ou seja, este processo está relacionado

> [...] com a sobreposição de uma nova função da educação superior às que ela tradicionalmente exerceu: a de produzir a formação institucional e regular dos quadros médios de trabalhadores modernos urbanos, tanto para a indústria como para o setor de serviços. Esta nova função, por sua vez, articula-se com as demandas do mercado, englobando tanto a oferta de emprego/trabalho, como a organização do sistema produtivo. (BRITTO et al, 2008, p. 780).

A segunda questão se relaciona com a primeira, pois a oferta da educação superior se localiza intensamente nos setores privados, tornando-se um bem comercializável no mercado, cujo valor depende da possibilidade de compra e das propostas do prestador de serviço em oferta: cursos mais "populares", ou "seletos", a depender das vantagens lucrativas para os empresários e das vantagens qualitativas para os/as alunos/as que compram o serviço/mercadoria. A depender destas e de outras questões, conforma-se um determinado perfil de aluno/a que a instituição atenderá, já que "o setor privado [vem] se concentra[ndo] nas profissões sociais, e o ensino, ainda que muitas vezes organizado em instituições não lucrativas, tem quase sempre um claro componente comercial" (SCHWARTZMAN et al, 2002, p. 4).

Britto et al (2008) explicitam que as *IES empresariais*:

> a) Têm finalidade estrita de formação/qualificação de mão de obra;
> b) Apresentam uma forma de organização e ocupação do espaço e do tempo em que se privilegia espaço/tempo aula;
> c) São estruturadas com base em modelos mercantis de administração e financiamento,
> d) Assistem um público de menor poder aquisitivo e menores disponibilidades culturais e intelectuais,
> e) Mantêm contratos de trabalho docente por hora-aula;
> f) Nelas, a produção intelectual é ocasional e limitada às áreas de menor intensidade científica e baixo custo;
> g) Tendem a atuar como reprodutoras e divulgadoras de conhecimentos pragmáticos, com forte viés de formação ajustada às demandas de mercado. (WARTZMAN et al, 2002, p. 785).

As relações estabelecidas entre educação e trabalho são ainda pouco exploradas ante as apreensões dos/as alunos/as inseridos neste contexto. Torna-se necessária a articulação entre as questões objetivas do processo de expansão/interiorização da educação superior privada e as questões subjetivas deste debate, apreendendo-se, para tanto, as trajetórias socioacadêmicas e o entendimento sobre a inserção destes sujeitos nos cursos privados.

Várias pesquisas (BERNARDIM, 2000; SILVA D., 2009; SOTERO, 2009; SILVA T., 2006) têm discutido a escolha dos/as alunas/os pela educação superior privada, em face do fenômeno da ampliação da oferta de serviços educacionais. Entretanto, nenhuma dessas pesquisas articula-se com a lógica mais geral da sociedade capitalista brasileira, posta pela atual conjuntura de expansão/interiorização do acesso à educação superior. Ademais, as pesquisas que tratam da realidade do estado potiguar se restringem a perquirições no campo mais subjetivo, sem atentar para as determinações e mediações da conjuntura potiguar e brasileira.

De um modo geral, as contribuições de Silva T. (2009) evidenciam que os sujeitos almejam ascender e melhorar de vida; encontrar melhores oportunidades e vaga de emprego; além da preparação para o mercado de trabalho, na busca de superar a situação socioeconômica dos país. Outra questão levantada pela pesquisa "decorre de exigências das empresas para a admissão inicial, pois, mesmo sendo funcionários, têm experiência em determinada função, mas não possuem a escolaridade exigida para executar a função almejada" (SILVA T., 2009, p. 101).

Ressalta Sotero (2009, p. 88) que "*o ingresso não foi fruto de uma causalidade, mas de um projeto, que para alguns foi rapidamente executado, enquanto para outros a consecução só se deu após um longo período de espera*". A partir de suas análises, postula que o entendimento que os/as alunos/as têm quanto ao diploma os coloca na dimensão da aquisição de uma nova posição social; esta "*congrega o cálculo do retorno do investimento que acham ser possível obter com o diploma, com o projeto de vida, em termos mais amplos*" (idem, p. 114).

As necessidades do mercado organizam uma dinâmica de ingresso dos jovens no ensino superior privado, já que estes jovens intentam uma forma de superação/e ou ascensão da sua condição socioeconômica, o que os imbui de valores impulsionadores pela melhoria de sua situação. Assim, muitos destes jovens têm buscado uma mobilidade social e um incremento de renda.

De forma mais específica, Mainardes et all (2007) e Sotero (2009) pontuam que a escolha dos alunos/as pelo curso de graduação em IES privadas está ligada à sua busca pela inserção no mercado de trabalho. Há de se considerar, nesta questão, que o índice de desemprego entre os jovens ainda é bastante alto, e que a posse do diploma de nível superior não garante empregabilidade. Assim, "*mesmo considerando que o desemprego entre os universitário é alto, 74% dos estudantes que trabalham quando do ingresso na universidade*

declaram que o curso escolhido contribuiu positivamente para manter ou conseguir o emprego atual, evidenciando certa mobilidade laboral associada à maior escolarização" (BERNARDIM, 2009, p. 211).

O diferencial nesta inserção no mercado de trabalho para os alunos/as foi abordado por Sotero (2009), segundo o qual a reputação dos profissionais no mercado depende da qualidade do ensino ofertado pelas IES. Já Santos (2010) expõe que os recursos físicos, como as instalações, equipamentos, espaço de convivência, laboratório, banheiros e estacionamentos, são considerações postas no ato da escolha pelos/as alunos/as. Outra questão é a dimensão da imagem da instituição, encontrando-se na linha da aceitabilidade, ligando-se, desse modo, à importância dada pelos alunos/as ao corpo docente e ao padrão de qualidade do curso (SANTOS, 2010 apud CAMPOS; PINHEIRO, 2013).

Na pesquisa realizada por Campos e Pinheiro (2013) com alunos/as de instituições privadas e públicas do Rio Grande do Norte quanto à escolha dos cursos de graduação, identificou-se que, no conjunto das respostas destas IES pelos alunos/as, sete atributos são comuns: "conhecimento prático, didática, titulação, capacitação, acesso, conforto da sala de aula e estrutura e funcionamento dos laboratórios" (CAMPOS; PINHEIRO, 2013, p. 11). Ressalta ainda que outras expectativas dos/as alunos/as no contexto público ou privado dependem da origem socioeconômica destes/as.

Diante dessas questões, assinala-se que a juventude ganha um estatuto diferencial nesta dinâmica, por constituir uma geração que pode contribuir com o processo de desenvolvimento do país, instrumentalizando os seus conhecimentos no âmbito da superação da pobreza e da redução das desigualdades. Além das novas possibilidades no que se refere ao conhecimento, às vivências e à mudança de vida.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Ministério da Educação. Inep. **Censo da Educação Superior:** 2004. Brasília: INEP, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Ministério da Educação**. UNESCO. Ensino médio público noturno: registro e análise de experiências no Estado do Rio Grande do Norte. Almeida, M. D. (org). In: Relatório da UNESCO, 2004.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 2000/2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRITTO, Luiz, P; SILVA, E. O; CASTILHO, Katlin. C; ABREU, T. M. **Conhecimento e formação nas IES periféricas**: Perfil do aluno "novo" da Educação Superior. Campinas, 2008, p. 777-791.

BUARQUE, Sergio Cristovam. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e sustentável**. Brasília: INCRA/iiCA, 1998, p. 09-34.

CAMPOS, Domingos F.; PINHEIRO, Catarina de Sena Matos. Padrões e expectativas dos alunos sobre o serviço na Educação Superior: um estudo nos contextos público e privado. In: **Anais...** Simpol, 2013.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste**. Natal, 1997 (texto mimeografado).

COSTA, Fabiana de Souza. **O Prouni e seus egressos**: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude, 2012. Tese (Doutorado), PUC/SP.

CUNHA, L.A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 291.

DANTAS E SILVA. **A (re)organização sócio espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste**: particularidades sobre Pau dos Ferros, 2011.

FRANCO, Alexandre Paula. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços, e contradições. In: **Jornal de Políticas Educacional**, 2008, p. 53-63.

Marco **A. Educação superior: bem público ou serviço comercial regulamentado pela OMC?** IIIa. Cumbre iberoamericana de rectores de universidades estatales. 2002. (mímeo) http://www.asduerj.org.br/documentos/pdf/Cumbre_POA.doc. Acesso em 2/9/2013.

MEGHEL Stela M; ROBI, Fabiane; CASTRO, A. M. D. A. Educação Superior no Estado do Rio Grande do Norte. In: **Educação Superior Brasileira**: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004, 28v.

NEVES, L. M. W; FERNANDES, R. R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. W(ORG). **O empresariamento da educação:** Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

PAMEZANI, Eliane. Ensino Superior Privado sob domínio do capital Estrangeiro. In: **Revista Caros Amigos**, Março de 2013, p.16-19. (Entrevista com Leher, Oliveira Silva, Contel, Krupp).

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Planejamento e das Finanças. **Perfil do Rio Grande do Norte**, 2012, p.05-188.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1970, 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAMPAIO, Helena. **O Ensino Superior Privado**: Tendências da última década. São Paulo, 1998.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho. Mercantilização do ensino superior e o Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 102, 2010, p. 387-390.

SCHWARTZMAN, Simon, et al. **O ensino Superior Privado como setor econômico**, 2002, p.01-29.

SGUISSARDI, V. Diferenciações e diversificações: marcas das políticas de educação superior no final do século. In: SGUISSARDI, V. (org). **Educação Superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

SILVA, Tadeu Ricardo**. Expectativas dos alunos concluintes do ensino médio público estatual com relação ao ingresso no ensino superior**: Conhecimento do Prouni e FIES. São Paulo, 2009.

SOTERO, Edilza, C. **Trajetória e expectativa de estudantes de administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (Prouni e cotas) em Salvador**, 2009.

UNESCO. **Conferência Mundial de Educação Superior**. 1998. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030620161930/20030623111830>. Acesso em: 25 mar. 2018.

VALE, Sobral Erlenia . **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico**: reiterações e resistências do trabalho docente na UECE. Recife, 237 folhas, 2012. Tese (Doutorado em).